

# Os Efeitos da Retomada da Crise Mundial na Economia Brasileira

José Matias Pereira <sup>1</sup>

[matias@unb.br](mailto:matias@unb.br)

## RESUMO

Temos como objetivo neste artigo analisar os efeitos da retomada da crise econômica mundial em 2011 e os seus impactos na economia brasileira nos próximos anos. O referencial teórico está apoiado nas teorias keynesiana, neo-institucionalista e das finanças públicas. As discussões estão baseadas nas projeções contidas nos relatórios das principais instituições multilaterais e nacionais brasileiras, em especial nas variáveis econômicas mais relevantes como o crescimento da economia mundial, do comportamento do nível de emprego e da inflação. Os dados analisados evidenciam que houve um agravamento no desempenho da economia mundial, e que o crescimento da economia brasileira nos próximos anos deverá reduzir-se de forma acentuada. Diante desse cenário preocupante fica evidenciado a necessidade da adoção de medidas de correção nas políticas fiscal e monetária no Brasil.

**Palavras-chave:** Agravamento da crise mundial, mudanças na política econômica, crescimento econômico, efeitos no Brasil.

## *The Effects of Global Crisis to Recovery in the Brazilian Economy*

### ABSTRACT

Our objective in this paper to analyze the effects of the recovery of the global economics crisis in 2011 and its impact on the Brazilian economy in coming years. The theoretical framework is supported by the Keynesian theories, neo-institutionalist and public finances. Discussions are supported on the projections contained in the reports of the major multilateral and national institutions in Brazil, especially in the most relevant economic variables as the growth of world economy, the behavior of employment and inflation. The data analyzed show that there was a worsening performance in the world economy, and that the Brazilian economy in coming years is expected to fall sharply. Given this troubling scenario is shown the need to adopt corrective measures in fiscal and monetary policies in Brazil.

---

<sup>1</sup> **José Matias-Pereira.** Economista, advogado, doutor em ciência política (UCM-Espanha), pós-doutor em administração pela FEA/USP, é professor-pesquisador associado do programa de pós-graduação em contabilidade da Universidade de Brasília. Autor, entre outros, de Curso de Administração Pública, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010; Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010; Curso de Administração Estratégica, São Paulo: Atlas, 2011; e, Curso de Planejamento Governamental, São Paulo: Atlas, 2011.

**Keywords:** Recovery of the global crisis, changes in economic policy, economic growth, effects on Brazil.

## INTRODUÇÃO

Observa-se, com base nos recentes indicadores socioeconômicos globais, que todos os países, em maior ou menor escala, estão sendo afetados pelos efeitos da retomada da recente crise na economia mundial. A recaída da economia mundial - decorrente das medidas inadequadas que foram adotadas pelas lideranças políticas e econômicas para conter a crise econômica global que eclodiu nos Estados Unidos (EUA) no final de 2008 - está colocando a sociedade mundial novamente em alerta. Verifica-se, nesse contexto, que os países desenvolvidos possuem espaço menor de manobra diante da crise de dívida que atinge a Europa. É preciso alertar, entretanto, que além das economias dos Estados Unidos e dos países-membros da zona do euro (países que adotam a moeda única na União Européia), os efeitos da crise também estão chegando com intensidades diferentes, nas quatro maiores economias emergentes, os denominados BRICs, que inclui Brasil, Rússia, Índia e China, sinalizando uma redução do crescimento econômico e o aumento da inflação.

É oportuno recordar que a crise aprofundou-se a partir dos desdobramentos do recente impasse político vivido entre o governo Barack Obama (democrata) e o partido republicano, para autorizar a elevação do nível de endividamento dos EUA, para evitar que aquele país deixasse de honrar os compromissos com os seus credores. O frágil acordo que resultou desse desgastante enfrentamento político culminou com o rebaixamento pela agência de classificação de risco Standard & Poor's da nota de crédito dos EUA. A crise ampliou-se em seguida para os países do continente europeu e para o resto do mundo, provocando fortes quedas nas principais bolsas de valores mundiais, nos primeiros dias de agosto último.

Os recentes estudos e indicadores econômicos e sociais divulgados neste segundo semestre de 2011 por diferentes instituições multilaterais e órgãos de pesquisa econômica e de estatística nacionais (WORLD BANK, IMF, OECD, IBGE, BCB) revelam que, apesar dos esforços feitos pelos governos das principais economias mundiais nos últimos dois anos, notadamente pelos Estados Unidos e os países da zona do euro, que

a crise econômica está se agravando no mundo. Neste artigo daremos especial atenção aos relatórios divulgados pelo Fundo Monetário Internacional, pelo IBGE e pelo Banco Central do Brasil.

A partir desse novo cenário, temos como propósito analisar os efeitos da retomada da crise mundial no desempenho da economia brasileira nos próximos dois anos, tendo como referência as projeções dos relatórios e indicadores mais recentes divulgados pelas instituições internacionais e nacionais que tratam desse tema.

A partir desse quadro, torna-se possível formular a seguinte pergunta: *É necessário promover mudanças na política econômica brasileira para enfrentar os impactos decorrentes do agravamento da crise mundial?* No esforço de responder a esta indagação faz-se necessário analisar os relatórios e os dados que tratam da economia mundial, bem como examinar o nível de consistência do modelo econômico em execução no governo Dilma (2011-2014), com base nos indicadores do Banco Central (BCB, 2011) e nas Contas Nacionais (IBGE, 2011).

Buscamos, dessa forma, avaliar se a política econômica em execução pelo governo Dilma Rousseff, que procura estimular o crescimento econômico num contexto de crise mundial, mantendo ainda taxas de juros altas; manutenção de uma carga tributária elevada; crescimento das despesas correntes se apresenta como uma política econômica capaz de manter o crescimento da economia em patamares adequados.

Este artigo é essencialmente bibliográfico, descritivo e qualitativo. Ressaltamos que não temos a pretensão de esgotar o assunto em análise, alertando que este estudo possui diversas limitações, notadamente diante de dificuldade de avaliar a extensão e os efeitos colaterais da retomada da crise econômica mundial, o que reflete nas suas conclusões.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A literatura revela que as contribuições do marginalismo do século XIX, do keynesianismo e do monetarismo no século XX foram significativas para a evolução da teoria econômica. Essas idéias refletiram fortemente na teoria e na prática das finanças públicas. Para Keynes, os Estados têm como principal objetivo adotar medidas para

evitar os dois grandes males característicos dos ciclos econômicos: o desemprego e a inflação. Junto com a política monetária, atribui-se à política fiscal, portanto, um papel primordial na obtenção da estabilização econômica (KEYNES, 1983).

Destacamos que este artigo está apoiado, em termos do seu referencial teórico, nas teorias keynesiana, neo-institucionalista e a teoria das finanças públicas (KEYNES, 1983; MUSGRAVE, 1959; NORTH, 1997). É oportuno reafirmar que as finanças públicas de um país, de forma geral, estão orientadas para as operações relacionadas com a receita, despesa, orçamento e o crédito público. Preocupa-se, portanto, com a obtenção, distribuição, utilização e controle dos recursos financeiros do Estado (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; MATIAS-PEREIRA, 2010b).

### **Instrumentos de Intervenção do Estado na Economia**

O Estado, conforme sustentam diversos autores, como por exemplo, Musgrave e Musgrave (1980) e Matias-Pereira (2011) <sup>2</sup>, através da política econômica, promove a intervenção na economia com o objetivo de manter o crescimento econômico e os níveis de emprego elevados, com estabilidade de preços. Destacam-se entre esses instrumentos as políticas: fiscal e monetária. Por meio delas torna-se é possível controlar, por exemplo, preços, salários, inflação, impor choques na oferta ou restringir a demanda. Esses instrumentos e recursos utilizados pelo Estado para intervir na economia podem ser definidos da seguinte forma:

- **Política Fiscal** - envolve a administração e a geração de receitas, além do cumprimento de metas e objetivos governamentais no orçamento, utilizado para a alocação, distribuição de recursos e estabilização da economia. É possível, com a política fiscal, aumentar a renda e o PIB e aquecer a economia, com uma melhor distribuição de renda.
- **Política Monetária** - envolve o controle da oferta de moeda, da taxa de juros e do crédito em geral, para efeito de estabilização da economia e influência na decisão

---

<sup>2</sup> MATIAS-PEREIRA, José. Os efeitos colaterais da crise mundial no crescimento da economia brasileira. Revista de Conjuntura, nº 44, outubro-março, p. 18-31, 2011.

de produtores e consumidores. Com a política monetária, pode-se controlar a inflação, preços, restringir a demanda, etc.

- **Política Regulatória** - envolve o uso de medidas legais como decretos, leis, portarias, etc., expedidos como alternativa para se alocar, distribuir os recursos e estabilizar a economia. Com o uso das normas, diversas condutas podem ser banidas, como a criação de monopólios, cartéis, práticas abusivas, poluição, etc.

### **Efeitos da Retomada da Crise Econômica Mundial**

Verifica-se que as inúmeras ações dos Estados desenvolvidos não foram capazes de resolver os graves problemas existentes nos países desenvolvidos. A frágil recuperação da economia dos EUA e dos países da União Europeia, agravada pela crise fiscal instalada em Portugal, Grécia, Espanha e Itália, indicam que o mundo está à beira de uma recessão. A demora na adoção de medidas consistentes por parte dos dirigentes mundiais está contribuindo para aumentar as desconfianças dos mercados.

Os impactos decorrentes da retomada da crise veio confirmar que o processo de crescimento econômico no mundo continuará lento nos próximos anos, com efeitos perversos sobre o emprego e a renda das populações mundiais. Pesa nesse contexto de crise, a fragilidade que vem sendo demonstrada pelas lideranças mundiais na condução da crise nos últimos meses. Esse cenário pode ser mensurado com os dados mais recentes divulgados pelas principais instituições multilaterais, em especial, o Fundo Monetário Internacional.

### **Perspectivas de Crescimento da Economia Mundial em 2011 e 2012**

O relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI, set. 2011), aponta para uma significativa redução das perspectivas de crescimento da economia mundial em 2011 e 2012 (World Economic Outlook – Update 2011), em função dos efeitos da retomada da crise na economia global. As projeções foram revistas pelo FMI, para baixo, em decorrência da crise na Europa, fraco consumo e investimentos nos Estados Unidos,

terremoto no Japão, alta dos preços do petróleo e instabilidades políticas no Oriente Médio, na denominada Primavera Árabe.

De acordo com o panorama das projeções feitas pelo Fundo, a economia mundial deverá continuar lenta em função de sua considerável fragilidade. As previsões de crescimento foram fortemente reduzidas para os Estados Unidos, que alcançará apenas 1,6% em 2011 (ante 2,2% estimados em junho de 2011) e a 1,9% em 2012 (ante 2,6% da projeção anterior). No caso da Europa, as perspectivas são de 1,6% de crescimento em 2011 contra os 2% previstos anteriormente.

Observa-se que os EUA foi o país que teve a reavaliação mais pessimista por parte do FMI, entre todas as economias mundiais. O relatório aponta que a atividade econômica norte-americana (que havia crescido 3% em 2010) perdeu o seu dinamismo e a redução do ritmo foi mais forte do que o previsto. O crescimento dos Estados Unidos, para o Fundo, será inferior ao da média dos países desenvolvidos. Para o FMI, o governo dos EUA precisa estabelecer como prioridade absoluta um programa orçamentário que permita ao país colocar a dívida pública em um nível viável em médio prazo e apoiar a recuperação em curto prazo.

O Fundo também revisou suas previsões de crescimento para a zona do euro (de 2% a 1,6% em 2011, e de 1,7% a 1,1% em 2012), o que confirma a desaceleração do crescimento devido à crise da dívida soberana na região. Assim, a Europa luta contra uma renovada volatilidade nos mercados e riscos crescentes de instabilidade financeira. O Fundo recomenda que o Banco Central Europeu (BCE) baixe ainda mais sua taxa básica de juro se as ameaças de calote persistirem. Apesar de as políticas fiscais previstas nas economias da zona do euro ser apropriadas, o Fundo prevê a necessidade de mais reformas, visto que as turbulências financeiras atuais são um obstáculo para a atividade econômica ao provocar uma queda na confiança e no financiamento.

Para o FMI, caso os dirigentes ocidentais mantenham seus compromissos, o crescimento da economia mundial poderá alcançar 4,0% em 2011 e uma cifra similar em 2012. Previu, entretanto, que se o compromisso não for mantido, Europa e Estados Unidos poderão voltar a entrar em recessão.

O crescimento mundial, por sua vez, será impulsionado principalmente pelos países asiáticos em desenvolvimento, que poderão crescer até 8,2% este ano e por outras economias emergentes. O FMI alerta, entretanto, que os riscos à estabilidade financeira em todas essas economias emergentes devem ser monitorados por algum tempo, devido ao grande volume de crescimento de crédito nos últimos cinco anos. Assim, avalia que, no geral, a perspectiva para as economias emergentes voltou a ser "incerta", em parte como reflexo de um cenário mundial menos favorável, especialmente nos Estados Unidos e na Europa.

Registre-se que o FMI, apesar de rever para baixo as projeções, continua a acreditar na expansão da economia mundial nos próximos anos, descartando por ora o cenário de novo mergulho recessivo. Alerta o Fundo, entretanto, que a confirmação desse cenário depende de a Europa conter a crise na sua periferia, de o Congresso dos EUA tomar as medidas que garantam a solvência fiscal do país no longo prazo sem prejudicar os estímulos à demanda agregada no curto prazo e de a volatilidade nos mercados não crescer ainda mais.

### **Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira em 2011 e 2012**

No tocante ao Brasil o FMI (set. 2011) fez uma revisão para baixo da perspectiva para este ano, que caiu de 4,1% para 3,8%. Para o ano de 2012 o Fundo manteve a previsão de crescimento de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Observa-se que as projeções do Fundo estão próximas das expectativas do mercado financeiro brasileiro, que sinaliza um crescimento de 3,52% em 2011 e de 3,7% em 2012 (BCB, Relatório Focus, 19 set. 2011).

A projeção da inflação brasileira, para o FMI, deverá alcançar 6,6% em 2011, e retroceder a 5,2% em 2012. O FMI voltou a alertar para os riscos decorrentes do rápido aumento do crédito e de preços e da forte entrada de capital estrangeiro verificados no Brasil e em muitas economias da América Latina após a crise mundial de 2008. A expectativa do mercado financeiro nacional é de que a inflação chegue a 6,46% em 2011 e a 5,5% em 2012 (BCB, Relatório Focus, 19 set. 2011).

O crescimento da economia brasileira, conforme assinala o relatório do FMI, já está começando a ficar moderado, com a atividade econômica se expandindo 4% no primeiro semestre, comparada com 7,5% em 2010. No curto prazo, estima-se que o crescimento desacelere abaixo do potencial e traga a inflação de volta à meta, refletindo, em parte, o cenário externo menos favorável. O Fundo também está prevendo um aumento do desemprego no país de 6,7% em 2011 para 7,5% no próximo ano. O número, de acordo com o órgão, se manteve estável entre 2010 e 2011, mas começará a avançar devido à piora do cenário econômico, à queda do consumo e à desaceleração da atividade industrial <sup>3</sup>.

O Brasil, conforme descrito no quadro 1, a seguir, terá o segundo menor crescimento na América do Sul neste ano, ficando atrás somente da Venezuela (com previsão de 2,8%) e abaixo da média da região, de 4,9%.

**Quadro 1. Crescimento da América do Sul em 2011 e 2012**

País	2011	2012
Brasil	3.8	3.6
Argentina	8.0	4.6
Colômbia	4.9	4.5
Venezuela	2.8	3.6
Peru	6.2	5.6
Chile	6.5	4.7
Equador	5.8	3.8
Uruguai	6.0	4.2
Bolívia	5.0	4.5
Paraguai	6.4	5.0

---

<sup>3</sup> Registre-se que a produção industrial brasileira teve queda de 0,2% em agosto em 2011, em relação ao mês anterior. A projeção de crescimento da produção industrial para 2011 é de apenas 1,6%, ficando 0,9% abaixo do patamar de setembro de 2008, e muito longe dos 10,5% registrados em 2010. Os principais setores com desempenho negativo foram o setor de alimentos (-4,6%), edição e impressão (-7,8%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-5,9%), outros produtos químicos (-1,6%), borracha e plástico (-2,4%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,2%) (IBGE, set. 2011).

País	2011	2012
------	------	------

Fonte: FMI, set. 2011.

Registre-se que medidas para restringir a concessão de crédito estão entre as ferramentas usadas pelo governo brasileiro para tentar controlar a inflação. Desde 2010, o governo também já adotou diversas medidas para tentar conter o fluxo excessivo de capital estrangeiro, que provoca a valorização do real ante o dólar e acaba reduzindo a competitividade das exportações brasileiras. Apesar de reconhecer essas medidas adotadas pelo governo, o FMI recomenda que o Brasil e outros países também tenham como uma de suas prioridades a reversão do déficit público.

### **Perspectivas de Crescimento Econômico da América do Sul**

O relatório Panorama Econômico Regional (Regional Economic Outlook, FMI, out. 2011), divulgado pelo Fundo Monetário Internacional analisa as perspectivas econômicas para as Américas, com destaque para questão da vulnerabilidade da América Latina caso ocorra uma queda nos preços das commodities e quais políticas poderiam mitigar esses efeitos. No caso de um agravamento da crise mundial, ressalta o Fundo, a política monetária deve ser a primeira linha de defesa em países da América do Sul que são exportadores de matérias-primas e estão integrados aos mercados financeiros globais (caso do Brasil). Alerta, entretanto, que a política fiscal não pode ser deixada de lado. Nesse sentido, o Fundo recomenda a manutenção de uma política fiscal com foco na redução gradual da dívida pública, mas que evite tanto prejudicar o crescimento quanto elevar os gastos correntes. Os esforços de consolidação fiscal devem evitar impor uma carga excessiva sobre os gastos em infraestrutura (necessários para respaldar o crescimento no médio prazo), e é preciso resistir às pressões para aumentar os gastos correntes.

O relatório sobre o panorama regional do FMI reafirma, ainda, que a atual desaceleração da economia mundial, que está sendo pressionada pelo crescimento menor nos países avançados, tem um impacto negativo nos mercados financeiros mundiais. Em um cenário oposto, no caso de as incertezas em torno do crescimento mundial e os problemas nos países europeus serem dissipados rapidamente, o risco é

de superaquecimento. Esse cenário poderia estabilizar os mercados financeiros e reduzir a aversão ao risco, o que provocaria um maior fluxo de capitais e aumentaria o risco de superaquecimento nos mercados emergentes.

### **Os riscos de uma queda no preço das commodities**

O relatório do FMI, no que se refere aos preços das commodities, assinala que o patamar ainda permanece elevado, apesar de quedas recentes, o que continua a beneficiar a América Latina, mas que a situação pode mudar. O Fundo adverte que os riscos permanecem altos e que uma eventual deterioração no cenário externo debilitaria ainda mais a já escassa confiança dos mercados, contagiando os emergentes. Assim, uma forte desaceleração na Ásia – provocada, por exemplo, por uma recessão nas economias avançadas – poderia afetar ainda mais os preços das commodities, o que teria efeitos negativos nos países exportadores de matérias-primas da América Latina.

É relevante destacar que no cenário atual, diante da perspectiva de redução nos preços de commodities que a economia brasileira, ao lado da Rússia, se encontra numa posição mais vulnerável. Nesse contexto, tanto o Brasil como a Rússia encontram-se numa situação desfavorável no caso de ocorrer uma elevação duradoura do dólar em relação às cotações de matérias-primas. É previsível que uma queda nos preços das commodities deverá impactar de forma negativa a oferta de liquidez na economia brasileira, e o efeito dessa redução atingiria o mercado de ações e ao crédito.

### **Discussão Sobre os Indicadores da Economia Brasileira em 2010**

O produto interno bruto do Brasil (PIB), no acumulado no ano de 2010, em relação ao mesmo período de 2009, o PIB variou 7,5%, resultado do crescimento de 6,7% no valor adicionado e 12,5% nos impostos. Nessa comparação, a agropecuária (6,5%), a indústria (10,1%) e os serviços (5,4%) cresceram. Dessa forma, com base nas informações das Contas Nacionais Trimestrais, em 2010 (IBGE, 2011), o PIB em valores correntes alcançou R\$ 3,675 trilhões. O PIB per capita ficou em R\$ 19.016, apresentando uma alta de 6,5%, em volume, em relação a 2009 (R\$ 16.634). Na década encerrada em

2010, o PIB per capita registrou crescimento anual médio de 2,4%, acima da média dos anos 90, quando cresceu, em média, 1,1% ao ano.

Registre-se que, beneficiado pela baixa base de comparação de 2009, o crescimento acumulado do PIB em 2010 é o mais elevado desde 1986 (também de 7,5%). Entre 2001 e 2010, o crescimento anual médio foi de 3,6%, acima do registrado na década anterior (1991-2000), quando o PIB a preços de mercado cresceu, em média, 2,6%. O crescimento de 7,5% do PIB em 2010 permitiu que o Brasil se tornasse a oitava economia do mundo.

A arrecadação de tributos pelo Estado brasileiro em 2010, no montante de R\$ 1.233 trilhão, o que representou 33,5% do PIB. A União foi responsável pelo recolhimento de 23,46% do PIB, os estados 8,47% e os municípios 1,63% das riquezas do país. Observa-se que o nível da carga tributária naquele ano se mantém inalterado, com ligeiras oscilações, desde 2005. Os tributos com maior arrecadação como proporção do PIB em 2010 foram o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), cobrado no âmbito estadual, num total de R\$ 256,8 bilhões (21,09% do PIB), e em seguida o Imposto de Renda, em nível federal, num total de R\$ 213,4 bilhões (17,53% do PIB).

Recorde-se que a inflação, com base no índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), em 2010 alcançou 5,91%, ultrapassando o centro da meta de inflação fixada para aquele ano que era de 4,5%.

Deve-se observar, inicialmente, que o forte crescimento do PIB do Brasil em 2010 teve como base de comparação um crescimento negativo da economia em 2009. A produção brasileira em 2011, em particular da indústria, deverá ser bastante fraca em comparação com o desempenho de 2010. Recorde-se que em 2009, o PIB da indústria caiu 5,5% e, em 2010, teve alta de 10,1%. Entretanto, caso ocorra uma expansão de 4,5% do PIB em 2011, como assinalam as projeções das instituições internacionais e nacionais, o crescimento na demanda doméstica será 6,7%. Esse dado é preocupante, visto que revela que a economia não se encontra em desaceleração. Assim, levando-se em consideração que essa demanda é quase a mesma que foi registrada em 2008, quando a economia ainda se encontrava num ritmo forte, os riscos de elevação da inflação estarão presentes em 2011 e 2012.

O Brasil possui no seu elenco de fragilidades, na atualidade, o baixo desempenho na balança de pagamentos. Por isso é essencial que o governo adote medidas consistentes

em 2011 para reduzir a fragilidade externa de um país, com vista a alcançar superávits significativos na balança comercial. O Brasil nesse setor vem tendo um desempenho preocupante, conforme revelam os indicadores mais relevantes do balanço de pagamentos de 2010. O desempenho da balança comercial indica que o país em 2010 exportou US\$ 201,9 bilhões, e importou US\$ 181,6 bilhões, o que resultou num superávit de apenas US\$ 20,2 bilhões. Registre-se que a conta de transações correntes do balanço de pagamentos apresentou um resultado negativo de US\$ 47,5 bilhões em 2010.

## CONCLUSÃO

As sistemáticas revisões para baixo dos indicadores econômicos e sociais divulgados por diferentes instituições multilaterais mundiais para 2011 e 2012, em especial o FMI, revelam que, além dos EUA, os países da zona do euro estão sentindo, em escalas distintas, os efeitos dos refluxos da crise, especialmente na deterioração do mercado de trabalho e da renda. Esse cenário é corroborado pelas organizações que medem a percepção atual do mercado, que assinalam que todo o esforço feito pelo Federal Reserve - FED (Banco central norte-americano) não será capaz de ativar a economia dos EUA. A configuração desse cenário ajudaria a colocar o mundo em recessão.

Observa-se, em relação à União Européia que, apesar dos esforços que vem sendo feitos pelos governos da Alemanha e França e pelo Banco Central Europeu para resolver as questões envolvendo a crise soberana da Zona do Euro, por meio da concessão de elevados empréstimos os países em crise, notadamente para a Grécia, e assim amenizar a desaceleração das economias, os resultados não são animadores. A crise, que na sua origem era um problema de liquidez dos bancos, transformou-se numa crise fiscal em importantes países da União Européia, como por exemplo, a Espanha e a Itália.

A existência de um sentimento de frustração dos cidadãos na União Européia, na medida em que a sociedade verifica a ineficiência de seus governantes para enfrentar a crise de maneira adequada - o que vêm provocando a desaceleração do crescimento econômico e reduzido as receitas públicas, e aumentando o nível de desemprego - é um fenômeno preocupante. A crescente insatisfação das populações, traduzidas nas pesquisas de opinião pública e nas manifestações de protestos contra as medidas de

austeridades que estão sendo adotadas na Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália, França e Alemanha, são ameaças que pairam sobre a região, pois caso intensifiquem-se podem refletir na governança e mesmo na governabilidade em alguns daqueles países, colocando em dúvida a própria sobrevivência da União Européia.

Quanto ao Brasil, como decorrência dos efeitos da retomada da crise mundial, haverá uma sensível redução do crescimento da economia brasileira em 2011 e 2012, decorrente, em especial, da desaceleração na indústria. Nesse cenário instável é perceptível que o governo terá enormes dificuldades em manter o controle da inflação.

Registre-se que, o modelo econômico que vem sendo executado no Brasil é contraditório, na medida em que busca conciliar crescimento econômico, elevadas taxas de juros reais, aumento do superávit primário e avanços nas contas fiscais. Assim, diante desse cenário de turbulência na economia mundial, pode-se argumentar que o governo brasileiro, ao lado da sociedade, precisa preparar-se de maneira adequada para enfrentar os complexos problemas socioeconômicos e políticos que o Brasil terá que enfrentar nos próximos anos, como por exemplo, melhorar o desempenho da governança pública, combater a corrupção, aumentar a competitividade, estimular a inovação, e em especial, elevar a qualidade da educação.

Argumentamos, por fim, diante desse cenário preocupante, que o Brasil precisa elevar o nível de consistência da sua política econômica, utilizando com mais intensidade a política fiscal e reduzindo a importância da política monetária. Para isso é recomendável que aprofunde os cortes nos gastos correntes do setor público, priorizando os investimentos em setores estratégicos, diminua tributos, em particular os impostos indiretos, reduza o serviço da dívida, dando continuidade aos cortes na taxa de juros e controle a inflação, entre outras medidas.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Banco Central. Relatório do Comitê de Política Monetária. Brasília: COPOM/BCB, set. 2011. Disponível em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Pesquisa feita em 11 out. 2011.

BRASIL. Banco Central. Indicadores Econômicos. Brasília: DEPEC/BCB, set. 2011.

BRASIL. Banco Central. Focus – Relatório de Mercado. Brasília: BCB, set. 2011.

BRASIL. IBGE. Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Pesquisa feita em 22 out. 2011.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Pesquisa feita em 12 out. 2011.

BRASIL. IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Pesquisa feita em 25 out. 2011.

FMI. Fundo Monetário Internacional. Relatório Panorama Econômico Regional (Regional Economic Outlook). Washington – DC: FMI, out. 2011.

FMI. Fundo Monetário Internacional. Relatório Panorama Econômico Mundial (World Economic Outlook – Update 2011). Washington – DC: FMI, set. 2011.

IMF. International Monetary Fund. World Economic Outlook Update. Global Recovery Advances but Remains Uneven. Washington – DC: IMF, jan. 2011.

KEYNES, John M. Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

MATIAS-PEREIRA, J. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010b.

MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 2011.

MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Planejamento Governamental. São Paulo: Atlas, 2011.

MATIAS-PEREIRA, J. Efeitos e custos da crise financeira e econômica global no Brasil, en *Contribuciones a la Economía*, enero 2009, p. 1-15. Disponível em <http://www.eumed.net/ce/2009a/>

MATIAS-PEREIRA, José. Os efeitos colaterais da crise mundial no crescimento da economia brasileira. *Revista de Conjuntura*, nº 44, outubro-março, p. 18-31, 2011. Disponível em: [www.corecondf.org.br/discovirtual/revdownload/revista%20corecon%2044.pdf](http://www.corecondf.org.br/discovirtual/revdownload/revista%20corecon%2044.pdf)

MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. B. Finanças Públicas – Teoria e Prática. São Paulo: Editora Campus – Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MUSGRAVE, Richard. *The Theory of Public Finance*. New York: McGraw-Hill, 1959.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. 7th ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OECD. Organization for Economic Co-operation and Development. *OECD Economic Outlook No. 88*. Paris: OECD, November 2010. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/41/33/35755962.pdf>. Pesquisa feita em 17.09.2011.

WORLD BANK. The International Bank for Reconstruction and Development. Global Economic Prospects 2011. Washington DC: The World Bank, 2011. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/meetings/discuss/online-qa-global-economic-prospects-2011>. Pesquisa feita em 15 out. 2011.